



Rotatórias de Goiânia: prerrogativas morfológicas para uma (re)discussão historiográfica sobre a construção e expansão urbana

Rotondas de Goiânia: prerrogativas morfológicas para una (re)discusión historiográfica sobre la construcción y expansión urbana

E4_02 - Perspectivas teóricas, conceptos y métodos para la historia urbana

Wilton de Araujo Medeiros

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Brasil
wilton@ueg.br

Resumo: A historiografia sobre a fundação e construção de Goiânia é frequentemente marcada pela lógica da ruptura, que postula a cidade moderna como um projeto abstrato e fundacional, em oposição a um passado tido como decadente. Este artigo propõe uma revisão crítica dessa perspectiva, elegendo as rotatórias como objeto privilegiado de análise morfológica. Longe de serem meros dispositivos técnicos de circulação, as rotatórias são interpretadas como formas urbanas que materializam a negociação entre o projeto moderno, concebido por Attilio Corrêa Lima e Armando Augusto de Godoy, e o tecido urbano preexistente de Campinas. A metodologia empregada articula a Morfologia Urbana com a crítica ao abstracionismo historiográfico (Gorelik, Chaul), buscando reinscrever o território como instância ativa na produção do conhecimento histórico. A análise demonstra que a forma circular das rotatórias atua como um elemento articulador e identitário, revelando continuidades e sobreposições que escapam à narrativa logocentrada. Conclui-se que as rotatórias são elementos essenciais na morfologia urbana de Goiânia, pois evidenciam que a modernidade da capital se construiu por mediações e ajustes, e não por substituição absoluta.

Palavras-chave: Morfologia urbana; rotatórias; historiografia urbana; Goiânia

Resumen: La historiografía sobre la fundación y construcción de Goiânia está frecuentemente marcada por la lógica de la ruptura, que postula la ciudad moderna como un proyecto abstracto y fundacional, en oposición a un pasado considerado decadente. Este artículo propone una revisión crítica de esta perspectiva, eligiendo las

rotondas como objeto privilegiado de análisis morfológico. Lejos de ser meros dispositivos técnicos de circulación, las rotondas son interpretadas como formas urbanas que materializan la negociación entre el proyecto moderno, concebido por Attilio Corrêa Lima y Armando Augusto de Godoy, y el tejido urbano preexistente de Campinas. La metodología empleada articula la Morfología Urbana con la crítica al abstraccionismo historiográfico (GORELIK, 2003; CHAUL, 1997), buscando reinscribir el territorio como una instancia activa en la producción del conocimiento histórico. El análisis demuestra que la forma circular de las rotondas actúa como un elemento articulador e identitario, revelando continuidades y superposiciones que escapan a la narrativa logocéntrica. Se concluye que las rotondas son elementos esenciales en la morfología urbana de Goiânia, pues evidencian que la modernidad de la capital se construyó mediante mediaciones y ajustes, y no por una sustitución absoluta.

Palabras-clave: Morfología urbana; rotondas; historiografía urbana; Goiânia

Introdução

A fundação e construção de Goiânia insere-se em um movimento mais amplo de produção do espaço no Brasil, caracterizado, a partir dos anos 1930, pela instrumentalização da cidade moderna como veículo de afirmação simbólica e de integração territorial pelo Estado. Nesse processo, como analisa Adrián Gorelik, a cidade nova constitui-se primeiramente como ideia abstrata — um projeto de modernidade e poder —, que precede e molda a experiência concreta do lugar. Essa lógica, radicalizada posteriormente em Brasília, já encontra em Goiânia um exemplo paradigmático, no qual a forma urbana planejada buscou imprimir uma narrativa de ruptura e de novo começo. Esse processo de instrumentalização pelo Estado, que se manifesta desde o Decreto-Lei nº 311/1938, influenciou diretamente a estruturação territorial da nova capital de Goiás.

No campo historiográfico goiano, a historiografia consolidada sobre Goiânia tem frequentemente reproduzido essa lógica, estruturando sua narrativa em torno de um marco fundacional que opõe, de forma dicotômica, um “antes” tradicional e estagnado a um “depois” moderno e planejado. Tal abordagem, aqui caracterizada como *logocentrada* ou marcada por um certo *abstracionismo historiográfico*, tende a privilegiar os documentos e discursos oficiais, os planos e as intenções projetuais, afastando-se progressivamente da análise das materialidades espaciais e das práticas territoriais preexistentes. Como consequência, perpetua-se uma visão da cidade como resultado unilateral de um projeto estatal, obscurecendo os processos de negociação, adaptação e continuidade que marcaram sua efetiva construção.

A crítica a esse abstracionismo historiográfico, já apontada por autores como Chaul (1997) em sua análise da construção da decadência, revela a necessidade de tensionar a narrativa oficial e de reinscrever o território como instância ativa na produção do conhecimento histórico.

É precisamente para tensionar essa perspectiva que este artigo propõe uma virada analítica centrada na morfologia urbana. Tomando como objeto empírico privilegiado as rotatórias — em especial aquelas do Setor Coimbra —, busca-se demonstrar como a análise da forma construída pode revelar um processo histórico mais complexo e menos teleológico. A gênese do Setor Coimbra, projetado pelo escritório dos engenheiros Coimbra Bueno para integrar a malha preexistente de Campinas ao traçado moderno de Atílio Corrêa Lima, materializou-se em soluções viárias singulares. As quais indicam que as rotatórias, nesse contexto, transcendem sua função circulatória para se tornarem nós morfológicos e pontos de articulação e mediação entre duas lógicas urbanas distintas.

A análise morfológica, fundamentada em autores como Muratori (1967; 1950), Moudon (1997) e Panerai (2006; 2013), permite desvendar as rotatórias como contra-argumento empírico à narrativa da ruptura. Sua forma circular, remetendo à tipologia da “forma base da arquitetura da cidade” (CARO e RIVAS, 1990), condensa a coexistência entre permanência e transformação, evidenciando que a modernidade urbana em Goiás se construiu por meio de sobreposições e mediações entre lógicas urbanas distintas, e não por substituição absoluta.

Dessa forma, o artigo se estrutura em três eixos principais: primeiro, a contextualização do urbanismo moderno brasileiro como instrumento de Estado e a crítica ao logocentrismo historiográfico; segundo, a cidade de Campinas existente anteriormente à construção de Goiânia, tensiona a ideia de vazio territorial; e, por fim, a interpretação das rotatórias como chave

morfológica para a compreensão das continuidades e disputas inscritas no tecido urbano, contribuindo assim para uma revisão crítica da historiografia goiana

1. O urbanismo moderno como instrumento de Estado e a crítica ao logocentrismo historiográfico

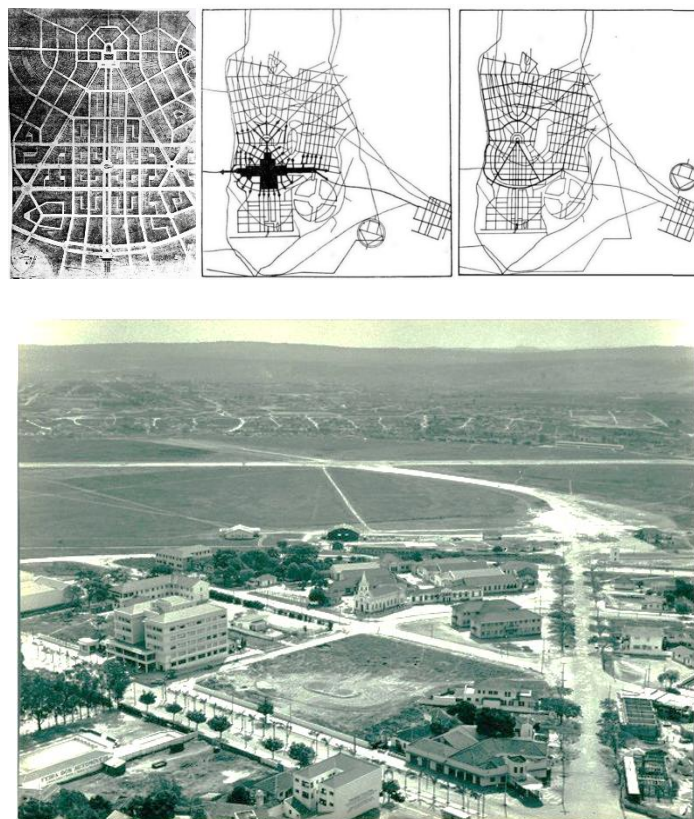
Os A historiografia sobre Goiânia consolidou uma leitura que toma a cidade planejada como origem do urbano, subordinando assim o território preexistente a uma condição residual ou apagada. Compreende-se essa perspectiva na tese de Adrián Gorelik (2003), para quem em *Brasília: o museu da vanguarda*, a cidade moderna é uma ideia que antecede o lugar. Contudo, sua apropriação acrítica pode produzir e ressoar efeitos de apagamento, reduzindo a materialidade concreta do território a mero pano de fundo do projeto. É esse deslocamento — da experiência espacial para a abstração do plano — que define o logocentrismo historiográfico aqui problematizado.

A historiografia dominante sobre a capital goiana, em grande medida, internalizou essa lógica fundacional. Sua narrativa organiza-se frequentemente em torno de uma clivagem nítida entre um "antes" — associado à decadência, ao atraso e à capital colonial de Goiás Velho — e um "depois" — representado pela modernidade, o planejamento e a nova capital. Como mostra a análise crítica de Nasr Chaul (1997) em *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade* para quem essa "lógica da ruptura" opera mais como um dispositivo narrativo que naturaliza o projeto do Estado do que como uma descrição empírica dos processos territoriais.

O urbanismo moderno, especialmente no Brasil a partir da década de 1930, transcende sua função meramente técnica para se consolidar como um instrumento privilegiado de afirmação e construção do Estado nacional. A cidade moderna, nesse contexto, não se constitui apenas como um espaço de habitação e circulação, mas como um projeto simbólico e ideológico, concebido para cumprir funções claras: unificar simbolicamente o território, articulando e apagando fragmentações regionais e, sobretudo, substituindo os espaços vividos pelos administrados.

Encontrando seu ápice na fundação de Brasília, contudo, o fenômeno do logocentrismo tem sua genealogia em projetos anteriores, como no caso de Goiânia, fundada em 1933, precursora dessa idealização. Confirmando de modo antecedente a tese que Gorelik (2003) demonstra, Atílio Corrêa Lima idealizou na forma urbana uma nova temporalidade, a partir da qual a história da cidade teria início com seu traçado. Profundamente eficaz em termos de representação, gerou uma potente imagem de ruptura e progresso, frequentemente reproduzida em fotografias aéreas e mapas que destacam a racionalidade do plano contra o suposto "vazio" do cerrado.

Dessa forma, o caso de Campinas permite problematizar os limites da leitura gorelikiana quando aplicada de maneira generalizante. Se a cidade moderna pode, de fato, operar como ideia anterior ao lugar, o território de Campinas demonstra que essa ideia não emerge do vazio, mas se ancora em uma realidade espacial concreta, ativa e historicamente constituída. A insistência em tomar o plano como origem absoluta revela menos sobre o território em si e mais sobre o viés logocêntrico da narrativa historiográfica que o interpreta.



Figuras 01: Planta inicial de Goiânia, de autoria de Atílio Corrêa Lima, destacando a malha ortogonal e radiocêntrica, traçado em contraste com o território envolvente, e foto aérea mostrando onde Campinas aparece ao fundo, após o aeroporto como aparentemente não urbanizada. Fontes: IBGE (1942) e IBGE Goiânia História e Fotos <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/historico>.

Essa episteme, contudo, torna-se limitada para o estudo de cidades não planejadas ou pré-existentes às planejadas, como no caso de Campinas, núcleo urbano anterior à fundação de Goiânia. As descrições territoriais apresentadas por LOPES (2019) e GODINHO (2018) revelam que, já nas primeiras décadas do século XX, Campinas se configurava como um núcleo funcionalmente ativo, articulado a caminhos regionais, práticas comerciais, serviços religiosos e à produção rural do entorno. Longe de constituir um assentamento estagnado ou meramente subsidiário, Campinas operava como entreposto, organizando fluxos de circulação e sociabilidade em uma escala que extrapolava seus limites imediatos.

A historiografia, sem levar em conta essa vitalidade do território nas duas primeiras décadas do século XX, tende a organizar sua narrativa a partir do *logos* da cidade como uma forma antecipada de sentido, tratando o fenômeno da urbanização como causa, e não como problema. Nesse movimento, a modernidade urbana precede e hierarquiza a leitura das materialidades espaciais, subordinando materialidades e práticas cotidianas do território existente em uma narrativa de ruptura histórica.

Ao invés de aceitar o discurso do plano como verdade absoluta, a análise morfológica busca nas formas urbanas elementos que resistem à abstração. Possibilita uma crítica ao urbanismo e a historiografia logocentros. O presente estudo procura reinserir a materialidade do território como instância de produção de conhecimento, demonstrando que a construção de Goiânia foi fruto de mediações e sobreposições, e não de uma total idealização.

A Incorporação de Campinas não se deu sob um vazio territorial

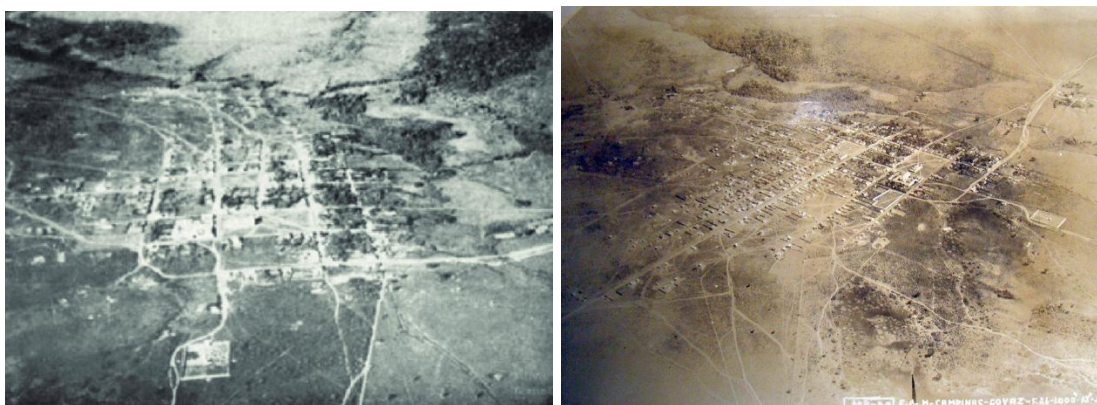
Como demonstram Godinho (2018) e Lopes (2019), Campinas — o arraial fundado em 1810 — já se consolidava como um entreposto comercial e cultural vibrante bem antes da chegada do plano moderno. Longe de ser um núcleo estagnado, a "Campininha das Flores", sobretudo a partir do século XIX, possuía uma dinâmica urbana própria, estruturada em torno da Igreja Matriz e de uma vocação comercial, alimentada por tropeiros e viajantes que faziam da vila um ponto nodal de trocas no sul de Goiás (NEY, 1975; CAMPOS, 1985; GOMES 2000; 2002; 2012).

As autoras demonstram que Campinas já possuía uma "identidade de cidade", embora pequena, antes de ser rebaixada à condição de bairro, com uma elite local e uma estrutura de serviços tais como farmácias, pensões e cinema, que serviram de suporte logístico imediato para a própria construção de Goiânia. Essa condição territorial torna-se ainda mais evidente quando confrontada com os registros cartográficos e fotográficos do período.



Figuras 02: Campinas na década de 1920 e início de 1930 possui arruamentos, e demais características urbanas. Fonte: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/moradores-de-campinas-lamentam-abandono-do-bairro-mais-antigo-de-goiania-664151/>

Com base nas informações históricas, a análise morfológica e territorial revela que o "vazio" era, na verdade, um espaço densamente qualificado. As fotografias aéreas da época, a seguir, evidenciam a existência de um traçado urbano reconhecível, com quadras definidas, lotes ocupados e vazios em processo de incorporação, além de vias que se projetam para além do perímetro construído, conectando o núcleo urbano ao território rural circundante.





Figuras 03: Nessas três fotos aéreas, o traçado urbano é reconhecível, mostrando que Campinas nas primeiras décadas do século XX, possui quadras bem definidas, lotes ocupados e vazios em processo de incorporação, e vias que se estendem conectando o núcleo urbano ao território rural circundante. A cidade revela possíveis pontos de convergência e redistribuição de fluxos. Fontes: IBGE (1942); ALVARES (1942).

Essas fotos aéreas não operam como mera ilustração de uma narrativa já estabilizada, ou demonstrativos iconográficos de um *a priori* estabelecido, mas como instrumentos críticos que tensionam a lógica e o *logos* fundacional dominante na historiografia goiana. Ao tornar visível a materialidade do território anterior ao plano de Goiânia, essas fotos aéreas podem tanto revelar o caráter seletivo da historiografia que privilegia a cidade como ideia, ocultando ou silenciando as continuidades espaciais e funcionais que a precedem, quanto contribuir para trazer à tona o que foi apagado pelo discurso oficial e pela historiografia.

As rotatórias como elementos articuladores: repensando a historiografia e o território por meio da morfologia urbana

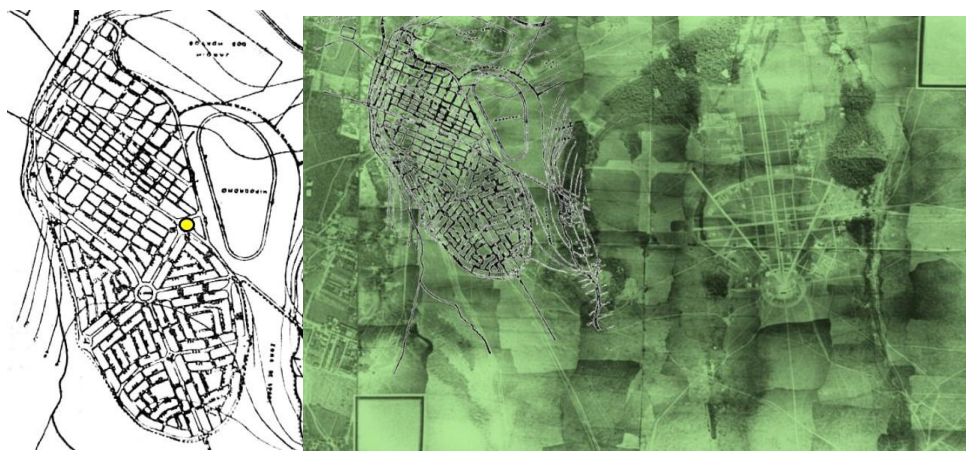
Por um lado, a tese de Gorelik (2003) fornece a chave para entender a intenção abstrata da historiografia e do Planejamento; por outro, a morfologia urbana oferece ferramentas que possibilitem pensar como essa intenção foi, de fato, inscrita, adaptada ou contestada no processo de construção da capital. A partir dessa contextualização, analisamos a incorporação de Campinas e o papel das rotatórias como evidência empírica contra a narrativa da ruptura.

A crítica ao logocentrismo não é um desmerecimento à idealização, mas uma reivindicação epistemológica: um diálogo necessário entre teoria e forma que se fundamenta no caso concreto da incorporação de Campinas para desestabilizar a narrativa da ruptura total. Se a tese de Gorelik explica a intenção abstrata, a morfologia urbana oferece as ferramentas para pensar como essa intenção e as suas tensões foram, de fato, inscritas no processo de construção.

Ao invés de aceitar o discurso do plano como verdade absoluta, e a repetição da narrativa fundacional, a análise morfológica busca nas formas urbanas elementos que resistem à abstração. Nesse sentido, o presente estudo procura reinserir a materialidade do território como instância de produção de conhecimento, procurando demonstrar que a construção de Goiânia pode ter sido também fruto de mediações e sobreposições, e não de uma total idealização e substituição da pré-existência.

A Campinas original, com sua morfologia orgânica, traçado viário adaptado a antigos caminhos regionais e centralidades consolidadas em torno da Igreja Matriz, impunha-se como um fato espacial resistente. A legislação da época da construção de Goiânia, notadamente o Decreto-Lei nº 311/1938, que exigia a apresentação de mapas municipais e critérios rígidos para a definição de zonas urbanas, forçou os engenheiros Coimbra Bueno a buscarem uma solução de continuidade entre o plano moderno e a estrutura urbana preexistente.

Surgidas no contexto do cumprimento do referido Decreto-Lei, as rotatórias foram propostas no projeto da Cidade Satélite Campinas (ALVARES, 1942), o qual na prática incorporava Campinas à Goiânia. Sob a ótica de uma leitura territorial, as rotatórias surgem como os dispositivos técnicos que poderiam "negociar" como um entreposto ativo, incorporando trajetos herdados e adaptando a geometria moderna à realidade resistente do lugar.



Figuras 4: Mapa da área de transição entre o núcleo original de Goiânia e Campinas, com intervenção sobre foto aérea, destacando as rotatórias do Setor Coimbra como pontos de negociação entre o plano abstrato e o território preexistente. Fontes: IBGE (1942); ALVARES (1942) – com intervenções do autor do texto.

A partir disso, a implantação de Goiânia, com seu sistema de rotatórias e sua racionalidade geométrica moderna, deve ser compreendida, portanto, não como uma ruptura absoluta, mas como uma operação de reinterpretação e reordenação de um território já estruturado. As rotatórias, frequentemente analisadas como expressão autônoma do urbanismo moderno, passam a ser lidas, à luz de Campinas, como dispositivos que organizam fluxos preexistentes, ressignificando caminhos, centralidades e direções herdadas do território anterior.

Ampliando a imagem na Figura a seguir, podemos ver que as rotatórias fazem a articulação entre o antigo e o novo, incluindo-se também como reforço dessa articulação um traçado em formato de “grelha” o qual compõem por similaridade uma área de transição entre traçado anteriormente inscrito no território.

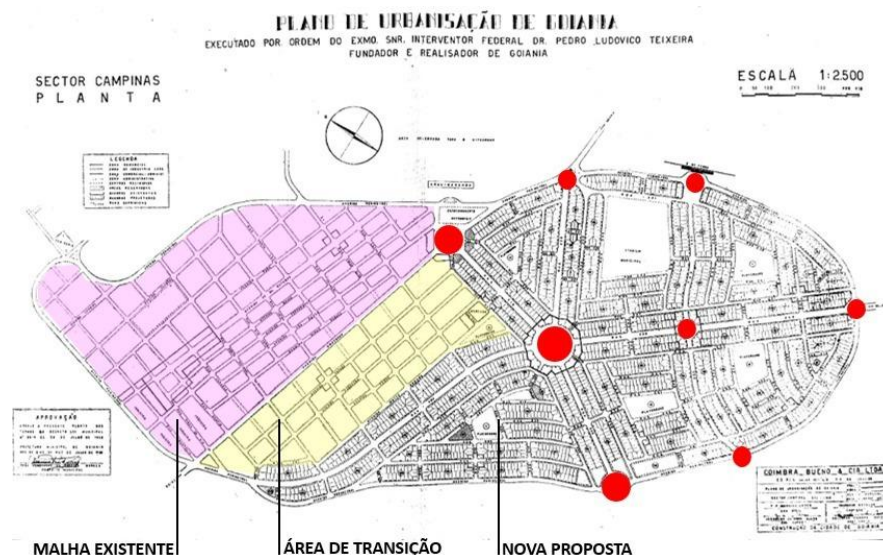


Figura 5: Área de transição entre Campinas e Goiânia no *Plano de Urbanização de Goiânia* (1938), destacando as rotatórias de articulação, as quais materializam o ponto de negociação entre o plano de Atílio Correia Lima e o território preexistente. Fonte Álvares, 1942.,

Sob uma análise do projeto dialogando com o território, a função da rotatória é clara: articular física e simbolicamente a malha antiga de Campinas à malha moderna de Goiânia, representada pelo Plano de Atílio Correia Lima. Sob essa análise, tornou-se um registro material da negociação entre duas lógicas urbanas distintas. Portanto, o atualmente denominado Setor Coimbra surgiu inicialmente como resposta projetual à necessidade de articulação com o território anteriormente existente de Campinas.

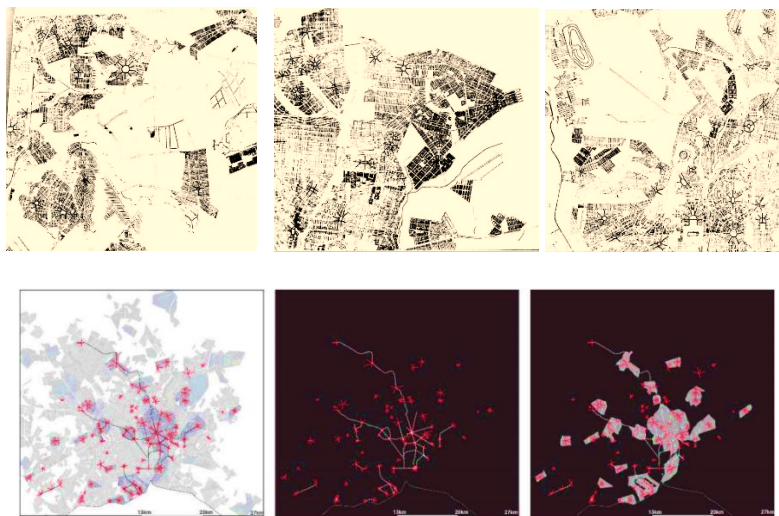
Atuando como um dispositivo morfológico de transição, buscou conciliar a rigidez geométrica do plano original com a fluidez que o tecido de Campinas possuía, criando uma zona de contato a partir da qual as tensões conceituais entre o urbanismo de Atílio Corrêa Lima e as concepções de circulação de Armando Augusto de Godoy se inscreveram nitidamente.

A característica morfológica mais marcante do “Sector Campinas” — a profusão de rotatórias — não foi, portanto, uma escolha estética aleatória, mas um instrumento de integração espacial e simbólica, absorvendo e distribuindo os fluxos provenientes de ambas as malhas com orientações distintas, respeitando, em parte, a direção dos caminhos preexistentes: introduziu um elemento morfológico que se tornaria a assinatura do setor e um símbolo da própria Goiânia, as rotatórias.

Mais do que nós viários, a localização precisa dessas praças circulares é reveladora. Elas não estão distribuídas aleatoriamente, mas posicionadas nos pontos críticos de encontro entre as malhas, atuando como amortecedores espaciais resolvendo o problema do entroncamento de vias com diferentes ângulos de incidência, incorporando organicamente trajetos herdados. A análise morfológica desses fatores restitui ao território seu papel efetivo na produção da cidade, e também encaminha a crítica ao logocentrismo não como exercício de desmerecimento à idealização, mas como uma reivindicação epistemológica.

Em seu opúsculo *Goiânia 50 anos*, Graeff (1985) mostrou que os asteriscos originados das rotatórias se multiplicaram por todos os bairros de Goiânia, como um padrão e uma “cultura de morar”. Em pesquisa recente, Pereira (2023) demonstra que isso se verifica até os dias atuais. Uma leitura atenta dessa obra escrita a quarenta anos atrás, iria dar conta de que o autor ao

mesmo tempo que homenageia cidade pelo aniversário – dos então 50 anos –, também faz uma profunda crítica a historiografia goiana e ao urbanismo, porém nesta obra Graeff não correlacionou a existências das rotatórias como um elemento articulador com o território anteriormente ocupado por Campinas.



Figuras 6: (a; b; c) Edgar Graeff identificou os asteriscos como um padrão tipológico incorporado aos projetos que deram origem aos bairros de Goiânia, denotando uma “cultura de morar”. (d; e; f) em pesquisa recente, Pereira (2023) mostra que esse padrão morfológico se manteve até os dias atuais.

Ao tomarmos Campinas como um laboratório empírico, percebe-se que a história de Goiânia não começa com o plano, mas com a complexa mediação entre o plano e o lugar. Demonstra que a construção de Goiânia foi um processo híbrido, em que a cidade moderna não apagou simplesmente o passado; de forma mais complexa, a continuidade do planejamento reelabora uma Plano de forma mais estratégica, de modo a considerar as preexistências territoriais.

A própria existência do que veio a ser chamado de Setor Coimbra como um setor de articulação, comprova que o território de Campinas impôs suas condições, forçando uma adaptação do projeto abstrato. Assim sendo, o estudo do que veio a se chamar Setor Coimbra, requer um deslocamento do foco da intenção projetual para a forma construída, permitindo que a morfologia revele as continuidades e as disputas que o discurso logocêntrico tendeu a silenciar.

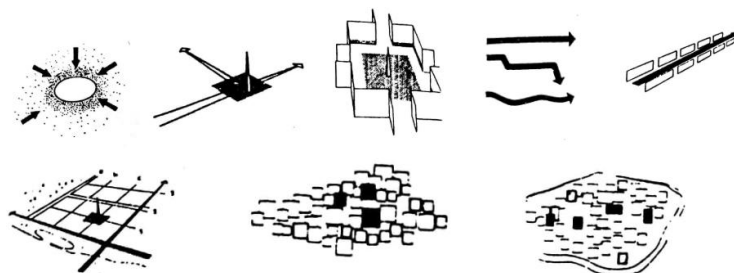
A morfologia, assim, funciona como prova documental: torna evidente que as rotatórias são a materialização concreta de uma negociação entre os *logos* do Estado modernizador e a realidade persistente do lugar. Ou seja, um diálogo necessário entre teoria e forma que se fundamenta a partir do caso concreto da incorporação de Campinas para de algum modo desestabilizar a narrativa da ruptura total. Este caso concreto prepara o terreno para o último eixo, onde as rotatórias serão elevadas à categoria de chave morfológica para uma releitura crítica da própria história urbana.

As rotatórias como chave morfológica essencial

A análise morfológica é potencializada quando um elemento aparentemente técnico, como a rotatória, é elevado à categoria de tipo urbano essencial — uma unidade formal carregada de significado histórico e cultural. Para decifrar esse significado em Goiânia, é necessário articular os referenciais da Morfologia Urbana com a evidência material do território.

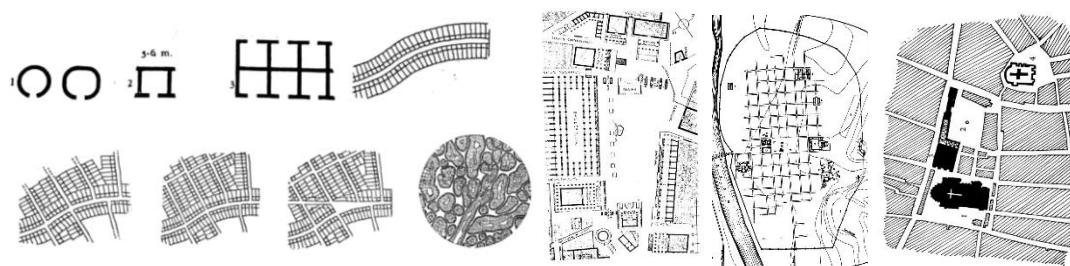
Segundo Muratori (1950; 1967), há um "a priori morfológico" na cultura de um povo, uma estrutura profunda que se manifesta nas formas construídas e se transforma organicamente no tempo. Nessa perspectiva, a cidade é entendida como um organismo vivo, cujas partes elementares — os tipos edilícios — são as células que estruturam o espaço antrópico.

Nessa linha, Caro e Rivas (1990) identificam a forma não retangular, em especial a circular, como a forma-base da arquitetura da cidade. Ela exprime um “espaço do homem subjetivamente centrado”, um lugar de proteção, convergência e identidade, onde forças centrípetas e centrífugas estão em tensão permanente.



Para os autores, levando em conta que o edifício é a célula da cidade, é este que estrutura todo o espaço antrópico, tendo a forma não retangular como tipo base da arquitetura da cidade. Desse modo, a morfologia urbana explica a natureza dos processos que levam a formação de uma cidade, estruturando-se todo o espaço antrópico, tendo a forma circular não retangular como o tipo que organiza o espaço, dando a ele os princípios de proximidade, continuidade e fechamento, de modo a permitir combinações e correlações entre si.

Isso ocorre na medida em que essa forma base da arquitetura da cidade contrasta ou tensiona com as vias, por possuir um caráter estático, para onde flui movimentos centrípetos, mas também um caráter dinâmico, a partir de onde flui movimentos centrífugos, desde as cidades antigas a ágora grega e o fórum romano, nas cidades medievais as praças.



É precisamente nesse sentido que as rotatórias do Setor Coimbra devem ser interpretadas. Elas não são acidentes ou soluções meramente funcionais, mas a materialização de um *a priori* morfológico de mediação. A sua análise morfológica potencializa a análise sobre a intermediação entre o Plano urbano e o território, elevando-a à categoria de tipo urbano essencialmente simbólico. E como tal, uma evidência material do território.

A forma circular da rotatória incorpora a tipologia ancestral da praça, do ágora — espaços centrípetos que organizam o entorno e constituem referência. No entroncamento entre a malha orgânica de Campinas e a malha geométrica de Goiânia, essa simbologia opera como uma célula de transição e síntese. Por meio desse vínculo, resolve o conflito técnico dos fluxos, mas, de modo

mais profundo, institui um micro-lugar de estabilidade e identidade no epicentro da tensão entre dois sistemas urbanos: um antigo e outro moderno.

Como propõe Edgar Graeff ao falar da “morada humana”, trata-se de um atributo disseminado na paisagem que perdura como tipo base, conferindo identidade mesmo em meio a transformação. A rotatória é, assim, uma morada do fluxo — um lugar que acolhe e redireciona o movimento, afirmando-se como um centro subjetivo na cidade. Essa interpretação exige superar uma leitura estática da forma, incorporando a dinâmica da estrutura urbana.

Como adverte Panerai (2013), é preciso superar a análise restrita da arquitetura isolada para compreender as relações entre os grandes traçados, o sistema viário principal e os edifícios que geram a estrutura urbana. Nesse quadro, as rotatórias nos revelam-se estruturantes primários. São pontos onde o sistema viário — elemento dinâmico e centrífugo por excelência — se condensa e se transforma momentaneamente em lugar, criando uma pausa na lógica da circulação pura.

Esta dupla natureza de força centrípeta e centrífuga, é caminho e lugar, torna-se peças-chave na configuração da experiência urbana. Ao contrário das vias expressas que, para Panerai, isolam e fragmentam, as rotatórias do que veio a se chamar Setor Coimbra conectam e integram, permitindo a sobreposição de temporalidades. Análises mais detalhada desses movimentos, irão confirmar que as rotatórias são o testemunho morfológico de que os antigos caminhos de Campinas não foram suprimidos.

Linhas tracejadas com setas e fluxos irão mostrar que sua implantação em entroncamentos funciona como indicativos de antigos caminhos, os quais fundiram-se com os fluxos modernos, demonstrando a sobreposição de temporalidades e com isso, reconfigurando intencionalmente um novo sistema. Ao funcionarem como pontos de articulação entre Campinas e os setores novos, as rotatórias tornam visíveis continuidades negligenciadas ou tratadas com superficialidade pela historiografia oficial.

De modo ainda mais denso, estudos de expansão urbana mostram que a rotatória não é um evento isolado, mas ela é precisamente o padrão morfológico recorrente e essencial na estruturação da cidade. A estrutura mais atávica do asterismo urbano. Desse modo, as rotatórias tornam visíveis as continuidades que a narrativa logocentrada tende a apagar. Elas são a prova morfológica de que a cidade não nasceu do zero, mas de um diálogo tenso e material com o preexistente.

A forma circular, longe de ser um mero símbolo da ruptura moderna, transforma-se no símbolo de uma modernidade negociada. Ela demonstra que a estrutura urbana de Goiânia resulta de um processo contínuo de mediação entre projeto e território. Esta interpretação, fundada na materialidade da forma, prepara o terreno para uma revisão crítica da própria historiografia, que será consolidada a seguir.

Considerações finais

A investigação das rotatórias como elementos essenciais na morfologia urbana de Goiânia cumpriu o objetivo de tensionar a historiografia dominante, que frequentemente se estrutura em torno da lógica da ruptura e do abstracionismo historiográfico. Ao deslocar o olhar do *logos* projetual — o plano abstrato e as intenções estatais — para a materialidade do território, este estudo revelou que a fundação da capital goiana não se deu por uma ruptura absoluta, mas por um complexo processo de mediação e ajuste.

A tese central aqui consolidada é que as rotatórias, particularmente aquelas localizadas na zona de transição do que veio a se chamar Setor Coimbra, funcionam como arquivos materiais de uma negociação histórica. Elas são a prova morfológica de que o urbanismo moderno, embora instrumentalizado pelo Estado para simbolizar um "marco zero" e a negação do passado, não pôde ignorar a resistência e a permanência do tecido urbano preexistente de Campinas.

A forma circular da rotatória, analisada à luz da Morfologia Urbana (MURATORI, 1950; 1967; PANERAI, 2013) e da tipologia de Caro e Rivas (1990), revelou-se como solução técnica te projeto urbana, mas também simbolicamente capaz de articular lógicas espaciais divergentes, transformando o conflito entre o orgânico e o geométrico em uma identidade urbana singular.

Portanto, a análise morfológica oferece uma leitura menos teleológica da história de Goiânia. Ela desestabiliza a ideia de que a cidade é o cumprimento linear de um plano, revelando-a como um palimpsesto onde tempos e espaços se cruzam. As rotatórias deixam de ser meros dispositivos de tráfego para serem compreendidas como a própria linguagem da morada goiana. Uma linguagem que precisou efetuar o diálogo entre o originário e a modernidade, precisou dialogar com o lugar.

As rotatórias condensam a história das disputas conceituais, a adequação à legislação e, principalmente, a capacidade do território preexistente de moldar o projeto moderno. Em última análise, este trabalho reafirma que a morfologia urbana oferece possibilidades para a reescrita da história a partir do território.

Reconhecer as rotatórias como elementos articuladores é superar o logocentrismo e reconhecer que a cidade real é mais complexa do que o projeto que a idealizou, permitindo que a forma urbana fale onde o texto oficial, por vezes, silencia.

Referências

ALVARES, Geraldo Teixeira. A Luta na Epopeia de Goiânia: uma obra da Engenharia Nacional. Serviço Gráfico do Instituto de Geografia e Estatística, 1942. Contribuição ao Batismo Cultural de Goiânia. Rio de Janeiro. IBGE, 1942.

BORGES, Venerando de Freitas. Dobras do Tempo. Goiânia: Editora O Popular, 1980.

CAMPOS, I. F. Notícias Históricas do Bairro de Campinas. Goiânia: Prefeitura Municipal, Assessoria Especial de Cultura, 1985.

CARO, C. M. e RIVAS, J. L. de. Arquitetura urbana: elementos de teoria y diseño. BELLISCO Libreria Editorial. Madri, 1990.

CHAUL, Nasr F. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

GODINHO, D. S, de S. Comércio e memória urbana: um estudo do bairro de campinas em goiânia. Dissertação de mestrado em Projeto e cidade. UFG. Goiânia, 2018.

DELFINO, D. S. Desenho urbano e a paisagem da avenida anhanguera de Goiânia: entre a concepção moderna e a tradicional. Dissertação Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial – MDPT da Pontifícia Universidade Católica de Goiás-PUC-GO. Goiânia, 2018.



- GOMES, Horieste. Memórias da Campininha. Goiânia: Gráfica e Editora Talento, 2000.
- _____. Lembranças da Terrinha. Goiânia: Gráfica e Editora Bandeirantes, 2002.
- _____. Reminiscências da Campininha: 200 anos (1810-2010). Goiânia: Editora Teixeira, 2012.
- GORELICK, A. *Brasília: o museu da vanguarda - 1950 e 1960*. Márgenes: Revista de Cultura. UFMG. Disponível em http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/margens_margenes/article/view/10746. Acesso em dezembro de 2025.
- IBGE. Goiânia, a nova capital de Goiás: resumo de um estudo. In. IBGE. Goiânia. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico, 1942.
- MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. Como nasceu Goiânia. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.
- MOUDON, A. V. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. *Urban Morphology*, v.1, n.1, p. 3-11, 1997.
- MURATORI, S. (1950) “Vita e storia delle città”, *Rassegna critica di architettura* 11/12, 3 - 52.
- MURATORI, S. (1967) *Civiltà e territorio* (Centro Studi di Storia Urbanistica, Roma).
- NEY, Licardino de Oliveira. Um Lutador. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora Ltda., 1975.
- PANERAI, P. Análise urbana, Brasília, Universidade de Brasília, 2006.
- PANERAI, P.; CASTEX, J.; DEPAULE, J. Formas urbanas. A dissolução da quadra. Porto Alegre, Bookman, 2013.
- PEREIRA COSTA, S. A. GIMMLER NETTO, M. M. Fundamentos de Morfologia Urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- PEREIRA, P. H. M. As cidades das rasgaduras no chão: Goiânia, a *asterisk city*. IN *Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens. Volume 08 - Número 01 – 1º Semestre – 2023*.
- LOPES, R. D. R. A construção e a transformação da paisagem de campinas: de cidade a bairro de Goiânia. Dissertação de Mestrado Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás. Goiânia, 2009.